



Demonstrações Financeiras Combinadas

Zilor

31 de março de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da Administração

Relatório de revisão dos auditores independentes..... 1

Demonstrações financeiras condensadas auditadas

Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	8
Demonstração do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras condensadas.....	10



Relatório da Administração

A Diretoria

1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 22/23, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito a sociedade e a perenidade da Zilor. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração do valor adicionado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023.

1.1. Visão Geral da Zilor

O grupo Zilor é composto por três áreas de negócios: a Companhia, empresa do setor sucroenergético, contando com três unidades industriais e produz açúcar e etanol o seguimento da Açucareira Quatá que explora a cogeração de energia elétrica; e a unidade de negócios Biorigin, multinacional do setor de biotecnologia, especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais com base em açúcares fermentescíveis para os setores alimentícios, de nutrição animal e humana. A Biorigin possui unidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Bélgica, além de distribuidores em todos os continentes. Cerca de 90% de sua produção é exportada, atendendo principalmente os mercados norte-americanos e europeu, com atuação em mais de 60 países.

A Zilor diversificou o seu portfólio entre as suas unidades de negócios com o objetivo de obter maior valor agregado e se proteger das oscilações dos mercados de *commodities*, com um firme posicionamento socioambiental. A Biorigin atua nos segmentos Food (alimentação humana) onde desenvolve ingredientes que realçam o sabor, reduzem o teor de sódio e estendem a vida útil dos alimentos produzidos por seus clientes, bem como no segmento Feed de alimentação animal disponibiliza produtos que além de serem nutricionais aumentam a funcionalidade das rações, fortalecendo a saúde e o desempenho das criações focadas em produção de proteínas. Os animais de estimação são também um importante mercado de atuação da Biorigin.

Com capacidade de moagem de 12 milhões de toneladas por ano, somos um dos mais importantes *players* do setor, sendo também o acionista com participação mais representativa na Copersucar S.A., maior empresa brasileira de exportação de açúcar e etanol, o que nos dá garantia de escoamento dos principais produtos.

No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 3.978 mil colaboradores dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investimentos na capacitação dos profissionais é prioridade em prol dos resultados consistentes e sustentáveis.

2. Governança

2.1. Governança Corporativa

Ao longo das últimas safras a Zilor implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, Governança e maximizar os seus resultados.



O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança e é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Zilor além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas, aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso da Zilor com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders, visando garantir o cumprimento da missão de dar continuidade a capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.

2.2. Política de dividendos

A política de remuneração dos acionistas da Companhia segue o art. 33 do Estatuto Social de Companhia, onde estão definidos indicadores e níveis de alavancagem, definidos pelos acionistas.

2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

A Zilor, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais e planejamento tributário, com manutenção tempestiva do cumprimento das obrigações acessórias, incluindo tributos aplicáveis a Companhia.

3. Desempenho Operacional

Destacamos a estratégia de priorizar o aumento da produção de açúcar na safra 22/23, em comparação a safra 21/22, em razão do aumento dos preços do açúcar e assim maximizar os resultados das operações somados a isso a redução nos preços de etanol puxados pela queda no petróleo decorrente dos desdobramentos trazidos pelos conflitos na Ucrânia.



(mil tons)	22/23	21/22	Variação
Informações Consolidadas			
Moagem Total	10.550,0	9.859,1	7,0%
Moagem Própria	3.367,4	2.815,1	19,6%
Moagem Terceiros	7.182,6	7.044,0	2,0%
Informações por Região			
Lençóis Paulista/SP	7.482,9	7.241,3	3,3%
Quatá/SP	3.067,1	2.617,8	17,2%

Na Safra 22/23, a Zilor processou 10.550 mil toneladas de cana, 7,0% maior ao mesmo período da Safra anterior, com aumento de 19,6% na moagem de cana própria, que representa 31,9% do total, e 2,0% em moagem de terceiros. O incremento expressivo na moagem da região de Quatá/SP é resultado de aumento de produtividade da cana própria em função de investimentos e mudanças em processos que estamos implementando nos últimos anos.

Produção	22/23	21/22	Variação
Açúcar (mil/ton)	694,9	660,4	5,2%
Branco	240,9	305,3	-21,1%
Bruto	344,8	252,1	36,8%
FS ¹	109,2	103,0	6,0%
Etanol (mil/m³)	450,6	443,2	1,7%
Anidro	312,6	297,1	5,2%
Hidratado	138,0	146,1	-5,5%
Energia Exportada (mil MWh)	490,5	483,7	1,4%
Contratada	462,0	438,2	5,4%
Spot	28,5	45,5	-37,4%
Mix Etanol vs Açúcar (em Unicap²)	46% vs 54%	44% vs 56%	

1. FS: *Fermentable sugar*

2. Unicap: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade

No acumulado da Safra 22/23, a produção de açúcar teve um incremento de 5,2% devido a priorização do mix, objetivando captura de melhores preços. Como resultado da priorização da produção de açúcar, a sua participação em nossa produção atingiu 54% versus 56% em relação à safra anterior.

A Energia exportada foi de 490,5 mil MWh na Safra 22/23, aumento de 1,4% em comparação com a Safra 21/22. Esse aumento está relacionado com o maior volume de cana processada. A energia produzida com o bagaço da cana abastece 100% das unidades produtivas e o excedente é vendido ao mercado por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica, onde cerca de 98% do volume produzido está contratado.



4. Receita

Receita Líquida - R\$ MM

Descritivo	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.187,5	955,3	232,2	24,3%
Etanol	1.353,5	1.458,6	(105,1)	-7,2%
Energia	117,2	114,7	2,5	2,2%
Biorigin	680,3	675,8	4,5	0,7%
Outros	71,8	19,7	52,1	264,5%
Total	3.410,3	3.224,1	186,2	5,8%

Preço

Descritivo	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Açúcar Preço (R\$/ton)	2.025,7	1.718,2	307,5	17,9%
Etanol (R\$/m3)	3.029,4	3.321,1	(291,7)	-8,8%
Energia (R\$/MHh)	238,9	237,1	1,8	0,8%
Biorigin (R\$/kg)	19,9	17,7	2,2	12,4%

Volume

Descritivo	22/23	21/22	Variação	Variação %
Açúcar (mil/tons)	586,2	556,0	30,2	5,4%
Etanol (mil/m3)	446,8	439,2	7,6	1,7%
Energia MHh	490,5	483,7	6,8	1,4%
Biorigin (mil/tons)	34,2	38,2	(4,0)	-10,5%

A receita líquida proveniente do açúcar registrou uma variação em relação ao ano-safra anterior, totalizando R\$ 232,2 milhões. Essa variação foi impulsionada por dois principais fatores. Em primeiro lugar, houve um aumento de 17,9% no preço do açúcar, resultando em um impacto positivo de R\$ 180,2 milhões na receita. Além disso, o volume de açúcar vendido apresentou um incremento de 5,4%, adicionando um valor de R\$ 52,0 milhões à receita líquida.

Diminuição da receita líquida de etanol em relação ao ano-safra anterior, que totalizou R\$ 105,1 milhões, puxado principalmente pela redução dos preços de 8,8%, resultando em um impacto de R\$ 130,4 milhões, parcialmente compensado pelo aumento de 1,7% no volume de vendas, representado aumento de R\$ 25,3 milhões.

Na safra 22/23, a receita líquida de energia apresentou um aumento de R\$ 2,5 milhões, resultado do volume de exportação de energia contratada superior ao da Safra passada.

A receita da Biorigin aumentou 0,7% devido a aumento do preço médio que totalizou 12,4% superior à Safra anterior aumentando o resultado em R\$ 84,0 MM, esse aumento foi parcialmente compensado pela redução nos volumes vendidos de 10,5% que passou de 38,2 mil/ton para 34,2 mil/ton, impactando negativamente em R\$ 70,8 MM, essa redução de volume se deu devido a problemas na cadeia logística global afetando as exportações, e a mudança no mix e redução de câmbio que reduziram as receitas R\$ 8,8 MM.



Na linha de “Outros”, o montante de R\$ 71,8 milhões contempla, principalmente, i) a receita de CBIOS no montante de R\$ 44,3 milhões referente a comercialização de 459,2 mil CBIOS ao preço médio de R\$ 96,4/CBIO; e ii) a receita de R\$ 26,7 milhões referentes a recebimento de créditos de ICMS outorgado.

5. Custo do Produto Vendido (CPV)

Descrição	CPV - R\$ MM			
	22/23	21/22	Varição R\$	Varição %
Açúcar	866,5	794,1	72,4	9,1%
Etanol	1.068,3	1.038,1	30,2	2,9%
Energia	39,3	43,7	(4,4)	-10,0%
Biorigin	592,0	452,7	139,3	30,8%
Ativo biológico	65,8	(79,2)	145,0	-183,1%
Total	2.631,9	2.249,4	382,5	17,0%

O segmento açúcar apresentou um aumento de R\$ 72,4 milhões, principalmente devido ao aumento do volume vendido que totalizou R\$ 40,3 milhões. Além disso, houve um acréscimo de R\$ 32,1 milhões dos custos de insumos, materiais, arrendamentos, depreciação e mão-de-obra.

O segmento etanol apresentou um aumento de R\$ 30,2 milhões, impulsionado principalmente pelo maior volume de vendas, que representou um acréscimo de R\$ 17,2 milhões. Além disso, fatores como depreciação, mão-de-obra, materiais e insumos também contribuíram significativamente para esse aumento, totalizando R\$ 13,0 milhões.

Na área de energia elétrica, observamos uma diminuição de 10% nos custos. Essa redução foi alcançada devido à utilização mais eficiente das plantas, embora tivemos aumento no volume de produção teve uma redução do bagaço de terceiro.

Na divisão Biorigin, identificamos um aumento de 30,8% em nossos custos, totalizando um valor de R\$ 139,3 milhões. Esse aumento é atribuído principalmente aos custos relacionados a insumos, matéria-prima e mão-de-obra totalizando R\$ 172,4 milhões e efeito do câmbio R\$ 36,1 milhões. Em contrapartida, houve uma redução de R\$ 47,4 milhões nos custos devido ao menor volume vendido e R\$ 21,8 milhões de mix.

Os aumentos de custos apresentados ocorreram principalmente por fatores externos, como flutuações cambiais e o aumento global nos preços dos insumos, decorrentes da Guerra da Ucrânia. É importante ressaltar, no entanto, que uma série de iniciativas foram adotadas para minimizar os impactos decorrentes desses aumentos, como melhorar da eficiência industrial e busca por melhores condições de negociação de preços.



6. Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas - R\$ MM

Descritivo	22/23	21/22	Varição R\$	Varição %
Despesas comerciais	(91,3)	(93,8)	2,5	-2,7%
Despesas administrativas e gerais	(211,0)	(169,6)	(41,4)	24,4%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	317,1	314,1	3,0	1,0%
Equivalência	77,9	93,0	(15,1)	-16,2%
Total	92,7	143,7	(51,0)	-35,5%

As despesas comerciais foram de R\$ 91,3 milhões na Safra 22/23, uma variação de R\$ 2,5 milhões comparado com a Safra anterior devido à redução nos serviços de terceiros.

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 211,0 milhões na Safra 22/23, 24,4% superior as despesas ocorridas na Safra anterior, com impacto da inflação e, principalmente, em razão do aumento de despesas com consultorias referentes a projetos estratégicas para viabilizar alavancagem de crescimento da Companhia, despesas com serviços de terceiros e incremento de seguros em razão do aumento do valor de risco pela reavaliação de ativos, reflexo da pandemia de Covid.

Em outras receitas (despesas) apresentou um aumento de R\$ 3,0 milhões devido a atualizações de contingências.

O impacto na equivalência patrimonial no montante de R\$ 15,1 milhões é reflexo do menor resultado da Cooperativa Copersucar na Safra 22/23 comparado com safra anterior.

7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado Zilor exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 – arrendamento mercantil, outras receitas e despesas operacionais e os efeitos da equivalência patrimonial, para o Ebit ajustado adiciona as despesas/custos tira-se o efeito com da depreciação.

Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	22/23	21/22	Varição R\$	Varição %
Ebitda	1.610,6	1.887,9	(277,4)	-14,7%
Ebitda Ajustado	961,1	1.091,2	(130,1)	-11,9%
Ebit	871,2	1.118,3	(247,2)	-22,1%
Ebit Ajustado	525,0	683,6	(158,6)	-23,2%

No acumulado da Safra 22/23 o EBITDA Ajustado foi de R\$ 961,1 milhões, 11,9% inferior ao registrado no mesmo período da Safra anterior, com margem de 28,2% versus 33,8% na Safra anterior. A redução do EBITDA ajustado está relacionada aos aumentos nos custos: i) devido ao repasse das variações no Consecana aos parceiros; ii) aumento nos preços de insumos; iii) maior depreciação devido a maiores investimentos; iv) aumento nos custos de comercialização de açúcar e etanol. Parcialmente compensado por: i) menor impacto cambial nos custos da Biorigin; e ii) menor volume comercializado, em comparação à Safra anterior.



Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Receita	3.410,3	3.224,1	186,2	5,8%
Custo	(2.566,1)	(2.328,6)	(237,5)	10,2%
Despesas de vendas	(91,3)	(93,8)	2,5	-2,7%
Despesas adm e Gerais	(211,0)	(169,6)	(41,4)	24,4%
Depreciação	739,4	769,6	(30,2)	-3,9%
Ajuste IFRS 16	(16,9)	51,6	(68,4)	-132,7%
Depreciação IFRS	(303,3)	(362,1)	58,7	-16,2%
Ebitda Ajustado	961,1	1.091,2	(130,1)	-11,9%
Depreciação	(739,4)	(769,6)	30,2	-3,9%
Depreciação IFRS	303,3	362,1	(58,7)	-16,2%
Ebit Ajustado	525,0	683,6	(158,6)	-23,2%

8. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ MM

Descritivo	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Receitas financeiras	227,2	236,3	(9,1)	-3,9%
Despesas financeiras	(593,6)	(418,1)	(175,5)	42,0%
Variações cambiais líquidas	(5,4)	30,8	(36,2)	-117,5%
Total	(371,8)	(151,0)	(220,8)	146,3%

Verificamos um aumento na despesa financeira em relação à safra 21/22 decorrente do aumento da taxa média do CDI, 13,3% safra 22/23 versus 6,8% safra 21/22 e do impacto de IFRS-16 com a redução do preço de ATR.

9. Lucro do Exercício

Lucro Líquido - R\$ MM

Descritivo	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Lucro líquido do exercício	350,8	711,4	(360,6)	-50,7%

A Zilor apresentou uma queda de 50,7% em seu lucro líquido, principalmente devido ao aumento nos custos, a diminuição no preço do ATR e impacto no resultado financeiro.



10. Estrutura de capital

Descritivo	Dívida Líquida - R\$ MM			
	22/23	21/22	Variação R\$	Variação %
Empréstimos	(3.513,0)	(3.154,4)	(358,6)	11,4%
Caixa	1.651,5	1.783,5	(132,0)	-7,4%
Total	(1.861,5)	(1.370,9)	(490,6)	35,8%

Como parte de sua estratégia, a Companhia vem aumentando o perfil da dívida de longo prazo, bem como o prazo médio que pode ser observado na última emissão de debênture de R\$ 450.000 milhões onde a dívida foi captada pelo prazo médio de 8 anos.

11. Considerações finais

Para evoluir, precisamos ser melhores que nós mesmos. Nosso foco na melhoria de processos, disciplina na alocação de recursos e melhor estrutura de capital, resultará em melhor eficiência nos permitindo direcionar esforços para nossas prioridades com foco em geração de caixa sustentável e crescimento.

Olhando para o futuro, estamos confiantes que estamos trilhando um bom caminho com oportunidades disruptivas, trabalhando sem pausa e sem pressa, mas na direção correta, na busca da nossa melhor versão, sempre melhor que nós mesmos. Reforçamos nosso compromisso de entrega de valor aos nossos *stakeholders*.

Finalizo agradecendo à todos e todas que foram protagonistas em suas caminhadas e trabalharam com muita energia para entregarmos resultados consistentes e cada vez melhor na Safra 76.

Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista - SP, 28 de junho de 2023.

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas

Ao Conselho de Administração e Diretoria do Grupo Zilor

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Zilor (“Grupo”) que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2023, o desempenho combinado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas e restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor avaliar a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2023, e o desempenho combinado de suas operações para o exercício findo nesta data. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras combinadas podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração combinada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2023, elaborada sob responsabilidade da diretoria do Grupo, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor

A diretoria do Grupo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

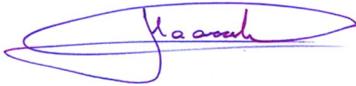
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de junho de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-SP198698/O

Ativo	Nota	31/03/2023	31/03/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.651.472	1.783.505	Fornecedores	24	343.494	419.058
Clientes e outras contas a receber	12	116.771	117.553	Instrumentos financeiros derivativos	11	5.078	87
Instrumentos financeiros derivativos	11	16.920	57.424	Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	856.489	688.131
Contas a receber - Cooperativa	13	268.626	183.408	Passivo de arrendamento	18	243.531	244.106
Estoques	14	472.037	322.823	Impostos a recolher		19.141	56.960
Ativos biológicos	15	410.245	392.493	Tributos parcelados	26	18.092	17.393
Impostos a recuperar	17	109.980	53.213	Obrigações com a Cooperativa	27	21.135	10.305
Adiantamentos a fornecedores		9.000	3.644	Salários e contribuições sociais	28	82.866	71.068
Despesas antecipadas		39.416	48.952	Dividendos e juros sobre capital próprio	19	114.192	41.201
				Outras contas a pagar		43.343	33.246
Total do ativo circulante		3.094.467	2.963.015	Total do passivo circulante		1.747.361	1.581.555
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e debêntures	25	2.656.550	2.466.280
Aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários	10	166.685	159.036	Passivo de arrendamento	18	1.251.391	1.273.655
Clientes e outras contas a receber	12	13.145	11.695	Tributos parcelados	26	14.119	30.924
Partes relacionadas	19	1.302	9.892	Obrigações com a Cooperativa	27	133.205	144.178
Despesas antecipadas		-	284	Dividendos a pagar	19	51.945	173.048
Depósitos judiciais	16	461.979	262.937	Outras contas a pagar		970	3.417
Impostos a recuperar	17	57.711	42.079	Provisões	29	497.845	292.516
				Passivo fiscal diferido	18	183.624	181.543
Total do realizável a longo prazo		700.822	485.923	Total do passivo não circulante		4.789.649	4.565.561
				Total do passivo		6.537.010	6.147.116
Investimentos	20	253.582	217.323	Patrimônio líquido			
Outros investimentos		18.439	18.458	Capital social		420.706	420.706
Imobilizado	21	2.886.144	2.567.311	Ajustes de avaliação patrimonial		535.201	530.248
Direito de uso	22	1.484.372	1.516.451	Reservas de lucros		864.425	621.569
Intangível	23	24.483	17.383				
				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.820.332	1.572.523
Total do ativo não circulante		5.367.842	4.822.849	Participação de não controladores		104.967	66.225
Total do ativo		8.462.309	7.785.864	Total do patrimônio líquido		1.925.299	1.638.748
				Total do passivo e do patrimônio líquido		8.462.309	7.785.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Receita operacional líquida	32	3.410.306	3.224.058
Varição no valor justo do ativo biológico	33	(65.779)	79.159
Custos dos produtos vendidos	33	(2.566.102)	(2.328.574)
Lucro bruto		778.425	974.643
Despesas de vendas	33	(91.269)	(93.814)
Despesas administrativas e gerais	33	(211.035)	(169.611)
Outras receitas operacionais líquidas	34	317.142	314.113
Resultado antes das receitas financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos		793.263	1.025.331
Receitas financeiras	35	227.174	236.287
Despesas financeiras	36	(593.591)	(418.055)
Variações cambiais líquidas	37	(5.375)	30.761
Financeiras líquidas		(371.792)	(151.007)
Participação nos resultados de empresas investidas	20	77.912	92.998
Lucro antes dos impostos		499.383	967.322
Imposto de renda e contribuição corrente	18	(142.402)	(184.418)
Imposto de renda e contribuição diferido	18	(6.159)	(71.493)
Lucro líquido do exercício		350.822	711.411
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		312.080	693.058
Acionistas não controladores		38.742	18.353
Lucro líquido do exercício		350.822	711.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Lucro líquido do exercício	350.822	711.411
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Variação cambial de investidas no exterior	7.984	(21.990)
Ajustes de avaliação patrimonial em investida - reflexo	5.745	(19.556)
Total do resultado abrangente do exercício	364.551	669.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		499.383	967.322
Ajustes de:			
Depreciação e amortizações		519.215	569.958
Depreciação da planta portadora	21	124.260	124.671
Consumo do ativo biológico	15	(83.531)	(19.059)
Variação no valor justo do ativo biológico	15	65.779	(79.159)
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e intangíveis		7.192	(87.084)
Participação nos resultados de empresas investidas	20	(77.912)	(92.998)
Resultado com derivativos		(11.842)	(57.337)
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	14	4.680	13.447
Juros e variações cambiais imobilizados e intangíveis		(1.608)	8.657
Juros com direito de uso/ novos contratos		26.103	42.533
Apropriação de encargos financeiros		416.293	248.200
Realização de ajuste a valor presente		(1.624)	(2.404)
Constituição de provisão para contingências	29	203.252	46.744
Investimento não controladas		12.334	(18.890)
Variações em:			
Clientes e outras contas a receber		(668)	23.697
Instrumentos financeiros derivativos		57.337	15.253
Contas a receber - Cooperativa		(85.218)	(21.758)
Estoques		(153.894)	(123.564)
Adiantamentos a fornecedores		(5.356)	17.564
Impostos a recuperar		(72.399)	(288.657)
Despesas antecipadas		9.820	(15.142)
Depósitos judiciais	16	(199.042)	(75.355)
Fornecedores		(75.564)	144.726
Impostos e contribuições a recolher		(129.015)	185.723
Tributos parcelados		(15.148)	(10.180)
Salários e contribuições sociais		11.798	4.762
Outras contas a pagar		7.650	(17.399)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.052.275	1.504.271
Juros pagos		(958)	(5.960)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	24	(307.676)	(159.511)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(55.284)	(72.428)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		688.357	1.266.372
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos de coligadas	20	43.067	392
Gastos com plantio e tratos culturais		(191.431)	(142.888)
Aquisição de ativo imobilizado		(467.805)	(377.695)
Aquisição de ativo intangível	23	(8.719)	(5.701)
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"		(6.484)	(130.957)
Aplicação financeira		(1.659)	(1.949)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(633.031)	(658.798)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Variação de partes relacionadas		8.590	-
Pagamento de arrendamentos	18	(320.199)	(350.275)
Variação de obrigações com a Cooperativa e arrendamento mercantil		(143)	(3.798)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	25	1.399.768	1.630.414
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	25	(1.149.757)	(1.432.578)
Empréstimos e financiamento - "FIDC"		494	86.166
Dividendos pagos	19	(114.412)	(44.303)
Juros sobre o capital próprio	19	(11.700)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(187.359)	(114.374)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido		(132.033)	493.200
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.783.505	1.290.305
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	1.651.472	1.783.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	31/03/2023	31/03/2022
Receitas	3.983.820	3.801.283
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	3.633.424	3.477.997
Outras receitas	350.396	323.286
Insumos adquiridos de terceiros	(1.915.769)	(1.699.545)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.202.747)	(1.262.539)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(713.022)	(436.444)
Perda/recuperação de valores ativos	-	(562)
Valor adicionado bruto	2.068.051	2.101.738
Depreciação e amortização	(519.215)	(569.958)
Ativos biológicos colhidos	(65.779)	79.159
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.483.057	1.610.939
Valor adicionado recebido em transferência	313.990	373.586
Resultado de equivalência patrimonial	77.912	92.998
Receitas financeiras	227.174	236.287
Outras	8.904	44.301
Valor adicionado total a distribuir	1.797.047	1.984.525
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	359.014	315.170
Remuneração direta	251.922	223.779
Benefícios	90.251	77.427
FGTS	16.841	13.964
Impostos, taxas e contribuições	390.829	514.861
Federais	269.817	396.259
Estaduais	121.012	118.602
Remuneração de capitais de terceiros	644.365	443.083
Juros	593.591	418.055
Aluguéis	3.241	2.315
Variações cambiais	5.375	(30.761)
Outros	42.158	53.474
Remuneração de capitais próprios	402.839	711.411
Juros sobre o capital próprio	78.000	150.357
Lucros retidos do exercício	286.097	542.701
Participação dos não Controladores nos lucros retidos	38.742	18.353
Valor adicionado distribuído e retido	1.797.047	1.984.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



1. Contexto operacional

As atividades do Grupo Zilor (“Zilor”), o qual inclui a Açucareira Quatá S.A. (“AQ”) e Companhia Agrícola Quatá (“CAQ”) e suas controladas, compreendem, substancialmente, as seguintes operações e entidades:

- A Açucareira Quatá S.A. (“AQ”) é cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66).
- Compreendem o objeto operacional da AQ a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros, a Companhia também possui no seu objeto social a possibilidade de participar no capital de outras empresas.
- Adicionalmente, a AQ atua na produção de derivados de levedura para comercialização independente da Copersucar, substancialmente, no mercado externo por meio da unidade de negócio Biorigin.
- A Companhia Agrícola Quatá (“CAQ”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista - SP. Que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa.
- Toda quantidade de cana-de-açúcar comercializada entre CAQ e AQ, se dá por preço de mercado com base na sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA-SP.

Guerra na Ucrânia

A Guerra entre Rússia e Ucrânia, que iniciou-se em fevereiro de 2022, vem afetando a economia Global, destacamos alguns impactos que afetam o Grupo: i) maior volatilidade nos preços do petróleo e seus derivados que levou a aumento no preço do combustíveis (etanol); ii) aumento no preço de fertilizantes, defensivos agrícolas e insumos produtivos que impacta nos custos de produção do Grupo; iii) aumento no preço de commodities que leva ao aumento dos custos de arrendamento e também da receita decorrente da venda de commodities; iv) piora na cadeia de suprimentos global que já estava fragilizada levando a aumento nos custos de fretes; v) aumento nas taxas de juros praticadas pela Banco Central do Brasil, decorrente do aumento na inflação, que levou a elevação do CDI, índice que corrige as dívidas e as disponibilidades do Grupo.

A diretoria incorporou em suas projeções de longo prazo premissas que buscaram capturar os desafios/impactos, apresentados acima, e concluiu que a situação econômica do Grupo suporta esse ambiente de estresse global com base nos eventos conhecidos até o momento e com isso não identificou ajustes materiais a serem realizados até o momento.



2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Combinadas e principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e ativo biológico que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Zilor, estão apresentados na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela Administração em 28 de junho de 2022.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras combinadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Zilor. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Zilor e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas: 21 - Equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Zilor tem influência significativa sobre uma investida; 34- Reconhecimento de receita: se a receita de açúcar, etanol e levedura é reconhecida durante o período correto, ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; consolidação: A Zilor detém de fato controle sobre as investidas; e 23 - Os prazos dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação.

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Zilor faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota Explicativa nº 15: Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Zilor representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

Nota Explicativa nº 18: Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Nota Explicativa nº 18: Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Nota Explicativa nº 22: Taxa de desconto para direito de uso

Para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi utilizada uma projeção de CDI Futuro baseada na vida útil dos contratos de terras vigentes.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas—Continuação

Nota Explicativa nº 21: Revisão da vida útil do imobilizado

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada período social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

Nota Explicativa nº 29: Provisões

A Zilor é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

4.3. Mensuração do valor justo

A Zilor mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Zilor.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Zilor utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.3. Mensuração do valor justo--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Zilor determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo comitê de avaliação, após discussão com o comitê de auditoria e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. O comitê de avaliação decide, após discussão com os avaliadores externos da Zilor, quais técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Em cada data de reporte, o comitê de avaliação analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Zilor. Para fins dessa análise, o comitê de avaliação confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

O comitê de avaliação, em conjunto com os avaliadores externos da Zilor também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Em caráter interino, o comitê de avaliação e os avaliadores externos da Zilor apresentam os resultados da avaliação ao comitê de auditoria e aos auditores independentes da Zilor, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.



4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

4.3. Mensuração do valor justo--Continuação

Para fins de divulgações do valor justo, a Zilor determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

A Zilor aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras combinadas.

6. Principais políticas contábeis

A Zilor aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras combinadas.

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis adotadas pela Zilor:

a) Base de consolidação

Demonstrações financeiras combinadas são um único conjunto de demonstrações financeiras combinadas de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. A Zilor utilizou a definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) - Demonstrações Combinadas em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum e também quanto ao procedimento de combinação, e considerou, entre outros procedimentos:

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas; e
- As transações que envolvem eliminação estão destacadas na nota explicativa 2.2 (a) (i).



6. Principais políticas contábeis--Continuação

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Zilor. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

As demonstrações financeiras combinadas contemplam a combinação das seguintes companhias:

- Açucareira Quatá S.A. e suas controladas; e
- Companhia Agrícola Quatá.

a) Demonstrações financeiras combinadas--Continuação

As demonstrações financeiras combinadas da Zilor estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Zilor, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas da Zilor os seguintes procedimentos foram observados:

i) *Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação*

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o exercício coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de Controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) - Demonstrações Consolidadas.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Demonstrações financeiras combinadas--Continuação

i) Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação—Continuação

	Atividade operacional	Empresas combinadas			
		31/03/2023		31/03/2022	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Açucareira Quatá S.A.	Investimentos	100%	-	100%	-
Biorigin Europe N.V.	Revenda levedura	100%	-	100%	-
Biorigin USA, LLC	Holding	100%	-	100%	-
PTX Food Corp.	Fabricação e revenda	-	100%	-	100%
TPZB Realty, LLC	Imóvel	-	100%	-	100%
União São Paulo S.A. Agric. Ind. E Comércio	Administrativo	46%	-	46%	-
Copersucar S.A.	Investimentos	12%	-	13%	-
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	Investimentos	35%	-	35%	-
Companhia Açucareira Quatá	Investimentos	100%	-	100%	-

A composição dos patrimônios líquidos e resultados dos exercícios de 31 de março de 2023 e 2022 das companhias acima elencadas e os respectivos saldos combinados podem ser assim apresentados:

	Total do ativo		Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		Lucro líquido do exercício		Resultado Abrangente	
	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022	31/03/2023	31/03/2022
Açucareira Quatá S.A.	7.810.943	7.353.421	1.267.189	1.098.522	232.938	625.227	285.408	583.681
Biorigin USA LLC	21.457	24.964	3.285	6.792	(18.516)	18.859	(18.516)	18.859
Biorigin Europe NV	213.502	119.638	92.214	68.366	18.893	6.972	18.893	6.972
ZL Aviação Executiva Ltda.	-	-	-	-	-	230	-	230
	8.045.902	7.498.023	1.362.688	1.173.680	233.315	651.288	285.785	609.742
Eliminações intragrupo	173.485	144.686	(95.499)	(75.158)	(377)	(26.061)	(377)	(26.061)
	8.219.387	7.642.709	1.267.189	1.098.522	232.938	625.227	285.408	583.681



6. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Demonstrações financeiras combinadas--Continuação

ii) *Controladas*

Nas demonstrações financeiras combinadas as informações financeiras de coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Zilor, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Zilor controle compartilhado da entidade e dá a Zilor direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

iii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Zilor em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Zilor, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Zilor controle compartilhado da entidade e dá a Zilor direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Zilor no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

b) Moeda estrangeira

i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Zilor pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Moeda estrangeira--Continuação

i) *Transações em moeda estrangeira*--Continuação

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Investimento em títulos patrimoniais designados a VJORA (Valor justo através de outros resultados abrangentes);
- Passivo financeiro designado como *hedge* do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o *hedge* é efetivo (veja (j)); e
- Um *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente à diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c) Receita de contrato com cliente

A Zilor reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades das companhias. A Zilor baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

i) *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Açucareira Quatá S.A. (Açucareira Quatá S.A., Usina Barra Grande de Lençóis S.A. e Açucareira Zillo Lorenzetti S.A. em 31 de março de 2018) em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Receita de contrato com cliente--Continuação

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Zilor reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Zilor adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de abril de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Zilor relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47.

As receitas e despesas financeiras da Zilor compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Zilor de receber o pagamento é estabelecido. A Zilor classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, a parcela do lucro real que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano sujeita-se à incidência do adicional à alíquota de 10% (dez por cento) para imposto de renda, e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido, para ambos considera-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Zilor determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e



6. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imposto de renda e contribuição social—Continuação

ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*--Continuação

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que a Zilor seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando essas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Zilor espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, determinado no seu reconhecimento inicial e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzidas as eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no Valor Justo do Ativo Biológico", deduzidos dos custos de vendas, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Estoques

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

h) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado na data de transição da Zilor para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Zilor.

iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Zilor obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa 21.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Ativos intangíveis

i) *Reconhecimento e mensuração*

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Zilor tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Zilor e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na nota explicativa 23.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de derivados de levedura e energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Zilor se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo através do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Zilor mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Instrumentos financeiros--Continuação

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Zilor pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, a Zilor pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Zilor realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Zilor;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Zilor.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Classificação e mensuração subsequente--Continuação*

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio—Continuação

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Zilor considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Zilor considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Zilor a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Classificação e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Zilor classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras".



6. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Zilor desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Zilor transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Zilor nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Zilor realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Zilor desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Zilor também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Zilor tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Zilor reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Zilor mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Zilor considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Zilor, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Zilor presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Zilor considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Zilor, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

i) Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

A gestão do risco de crédito da Zilor em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol, é centrada no relacionamento formalizado com a Cooperativa e com a Coopersucar S.A.. Para os demais negócios, derivados de levedura e energia elétrica, é adotada como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Zilor está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Zilor de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Zilor espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Zilor avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Zilor em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

i) Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais—Continuação

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Zilor não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Zilor adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Zilor faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Zilor não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Zilor para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Zilor em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado

A Zilor considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Zilor utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado-Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Zilor considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

i) *Ativos financeiros não derivativos*--Continuação

Ativo financeiro disponível para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda eram reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada era a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida disponível para venda, para o qual havia sido reconhecida uma perda no valor recuperável, tivesse posteriormente apresentado aumento e, esse aumento estivesse objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda era revertida e o valor da reversão reconhecido no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não eram revertidas.

ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Zilor, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)--Continuação

ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Zilor tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.



6. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Arrendamentos

No exercício findo em 31 de março de 2023 a Zilor avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Zilor como arrendatária

A Zilor aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Zilor reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Zilor reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Zilor ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Zilor reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Zilor e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Zilor exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.



6. Principais políticas contábeis—Continuação

n) Arrendamentos—Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Zilor usa a sua taxa de CDI na data de término do contrato porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Zilor aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Zilor tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Zilor.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Zilor requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6).

Quando disponível, a Zilor mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Zilor utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Zilor mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.



6. Principais políticas contábeis—Continuação

o) Mensuração do valor justo—Continuação

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Zilor determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p) Benefícios a empregados

i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Zilor tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro e substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023), sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023) e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia que não haverá impacto na apresentação com a emissão da alteração.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023) e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (no caso da Companhia 1º de abril de 2023) com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.



7. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras que ainda não está em vigor--Continuação

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (no caso da Companhia 1º de abril de 2022). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27 e CPC 15 (R1).

As alterações aos Pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à estrutura conceitual.

Contrato oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que seja explicitamente cobrado da contraparte nos termos do contrato.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 *Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 *Levies*, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período do relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.



8. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras-- Continuação

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards – Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia.

IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original, essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração ao valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras combinadas da Companhia.



9. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	31/03/2022
Caixa e bancos	137.386	119.708
Aplicações financeiras	1.514.086	1.663.797
	1.651.472	1.783.505

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 103,58% (103,82% em março de 2022), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.

10. Aplicações financeiras

	31/03/2023	31/03/2022
Aplicações financeiras restritas (i)	29.738	28.079
FIDC	136.947	130.957
Total	166.685	159.036

- (i) Referem-se as aplicações financeiras restritas da USP no valor de R\$ 29.738 remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 99,44%, esse valor é oriundo de discussão judicial tributária do IRPJ e CSLL, do período de 1994 e 1995. Tal litígio iniciou a via judicial, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável na via administrativa. Em vista disso fez-se necessário a contratação de uma fiança bancária para garantia do débito discutido (garantia real). Na emissão dessa garantia, foi acordado com o banco contratado que seja fixada uma aplicação restrita reduzindo assim as taxas da fiança.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórias (FIDC)

A Açucareira Quatá S.A. incentivou e apoiou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito e a diminuição da concessão de avais para o financiamento das atividades operacionais dos Parceiros Agrícolas, através da cessão de recebíveis frutos da produção de cana-de-açúcar dos Parceiros Agrícolas do Grupo para a estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.452. O Grupo apesar de detentora das contas subordinadas do Fundo não é garantidora dos retornos ou de mitigação de perdas aos demais cotistas, o que limita a sua exposição ao investimento realizado por ela na operação no dia 01 de junho de 2021 no montante de R\$ 42.000.

Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas *Receivables*, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 no montante de R\$ 42.000.

Com o apoio do BTG *Pactual Asset* (gestor, administrador e custodiante), o Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Companhia, que participa com cota subordinada no valor atualizado de R\$ 51.358, correspondendo a 37% do fundo, bem como o Banco BTG *Pactual S/A*, que participa com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG *Pactual S/A* responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 85.672 em 31 de março de 2023 (R\$ 86.166 em 31 de março de 2022), conforme patrimônio líquido do fundo.



11. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura e açúcar, as operações de NDF estão refletidas nas demonstrações financeiras do Grupo com base na marcação a mercado fornecida pelas Instituições Financeiras detentora do contrato da operação.

	31/03/2023			31/03/2022		
	Valor de referência (nocial) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nocial) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)
Swap de Moeda e Taxa de juros						
Swap de valor justo (USD)	1.497	7.630	7.630	9.490	46.280	46.280
Swap de valor justo (BRL)	(6.250)	(6.356)	(6.356)	(39.114)	(40.097)	(40.097)
Posição Vendida						
Moeda estrangeira (USD)	23.700	6.848	6.848	24.150	19.955	19.955
Moeda estrangeira (EUR)	32.550	3.720	3.720	25.800	31.199	31.199
		11.842			57.337	
Ativo circulante		16.920			57.424	
Passivo circulante		(5.078)			(87)	

(*) Valores de resultados apurados no exercício findo em 31 de março de 2023 e 2022, somente para os derivativos em aberto nessas datas.



12. Clientes e outras contas a receber

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Contas a receber mercado interno	28.732	21.096
Contas a receber mercado externo	89.704	95.521
Outras contas a receber	11.480	12.631
	129.916	129.248
Circulante	(116.771)	(117.553)
Não circulante	13.145	11.695

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são denominadas nas seguintes moedas:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Reais	40.212	33.727
Dólares americano	49.192	59.657
Euros	40.512	35.864
	129.916	129.248

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
A vencer		
Até 30 dias	46.963	44.752
De 31 a 90 dias	49.005	51.615
De 91 a 180 dias	12.405	12.088
Acima de 180 dias	14.051	8.209
	122.424	116.664
Vencidos		
Até 30 dias	3.295	11.156
De 31 a 90 dias	1.329	390
De 91 a 180 dias	1.238	-
Acima de 180 dias	1.630	1.038
	7.492	12.584
	129.916	129.248

O Grupo mensura como perda de crédito para títulos de dívida de baixo risco ou outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Todos os títulos registrados são avaliados, sendo que aqueles com vencimentos superiores a 30 dias começam a ser avaliados qualitativamente e clientes com saldo em aberto a mais de 6 meses e inferior a R\$ 15, se faz a baixa definitiva do valor, pois consideramos ser de difícil recuperação.



13. Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores de R\$ 268.626 (R\$ 183.408 em março de 2022) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da Açucareira Quatá S.A..

Conforme divulgado na nota explicativa 1, os montantes relacionados ao contas a receber Cooperativa referem-se a operações relacionadas aos atos cooperados, sendo assim, o Grupo não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

a) Outros ativos financeiros

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R\$ 906.000, representando 5,5% do total das requisições de pagamento. Ainda se encontram pendentes recursos e ações judiciais para os quais, na data base da elaboração das demonstrações financeiras da Cooperativa, a melhor estimativa da diretoria é de ser o crédito provável, mas não praticamente certo, estes valores podem gerar recebíveis de aproximadamente R\$ 844.682 (valores atualizados em 31 de dezembro de 2022 considerando o percentual de participação do Grupo).

a) Outros ativos financeiros

O Grupo recebeu até a data de 31 de março de 2023, referente as parcelas de precatório no montante líquido de R\$ 1.441.482 e a Copersucar reteve o valor de R\$ 220.196.

Na safra 18/19 o Grupo recebeu líquido R\$ 90.975, referente 1ª parcela do 1º Precatório a Copersucar reteve R\$ 14.388 referente a pis/cofins.

Na safra 19/20 o Grupo recebeu líquido R\$ 290.309, referente 2ª parcela do 1º Precatório e 1ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 33.384 referente a pis/cofins.

Na safra 20/21 o Grupo recebeu líquido R\$ 318.762, referente 3ª parcela do 1º Precatório e 2ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 36.657 referente a pis/cofins.

Na safra 21/22 o Grupo recebeu líquido R\$ 345.498, referente 4ª parcela do 1º Precatório e 3ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 39.719 referente a pis/cofins.

Na safra 22/23 o Grupo recebeu líquido R\$ 395.938, referente 5ª parcela do 1º Precatório e 4ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 96.048 referente a pis/cofins.

A empresa está discutindo judicialmente a incidência dos tributos pis/cofins.



14. Estoques

	31/03/2023	31/03/2022
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar	190	2.253
Etanol	-	1.249
Derivados de levedura	252.108	160.545
Produtos semi-acabados	26.407	8.705
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	224.580	176.639
Provisão para redução a valor recuperável dos estoques	(31.248)	(26.568)
	472.037	322.823

Movimentação das provisões de perdas no estoque:

Saldo em 31 de março de 2022	26.568
Reversão de provisão	(16.731)
Constituição de provisão	21.411
Saldo em 31 de março de 2023	31.248

15. Ativos biológicos

	31/03/2023	31/03/2022
Custo histórico	179.686	96.155
Valor justo	230.559	296.338
Ao final do exercício	410.245	392.493

	31/03/2023	31/03/2022
Movimentação:		
No início do exercício:	392.493	294.275
Aumentos decorrentes de tratos culturais	179.434	94.072
Redução decorrentes da colheita	(95.903)	(75.013)
Variação no valor justo	(65.779)	79.159
No final do exercício:	410.245	392.493

	31/03/2023	31/03/2022
Área estimada de colheita (hectares)	54.151	50.317
Produtividade do canavial (tonelada/hectare)	73	64
Quantidade de ATR (kg)	135,18	135,10
Valor médio ATR	1,7264	1,7906
Taxa de desconto - WACC	11,85%	9,87%



15. Ativos biológicos--Continuação

Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

O Grupo está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

i) *Riscos regulatórios e ambientais*

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A diretoria estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

ii) *Risco de oferta e demanda*

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar, etanol e derivados de levedura produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A diretoria realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

iii) *Riscos climáticos e outros*

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional do Grupo, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.



16. Depósitos judiciais

	1º de abril de 2022	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2023
Tributárias (i)	260.165	199.073	(835)	351	458.754
Cíveis e ambientais	27	333	-	-	360
Trabalhistas	2.745	1.468	(1.379)	31	2.865
Total de depósitos judiciais	262.937	200.874	(2.214)	382	461.979

(i) Referem-se a depósitos judiciais da ação indenizatória do IAA no valor de R\$ 458.750 no combinado em 31 de março de 2023.



17. Impostos a recuperar

	31/03/2023	31/03/2022
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	79.522	49.620
PIS - Programa de Integração Social (i)	9.423	1.187
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (i)	33.871	4.485
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (ii)	5.557	5.741
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Valores Tributários (iii)	3.441	2.923
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	21.235	21.545
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	3.734	5.993
Outros	10.908	3.798
	167.691	95.292
Circulante	(109.980)	(53.213)
Não circulante	57.711	42.079

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais do Grupo, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza em escrituração gráfica, além da compensação em conta gráfica, os créditos podem ser transferidos para a Cooperativa.
- (ii) Corresponde ao imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. O imposto retido compõe o saldo negativo de imposto de renda ao final de cada exercício fiscal e pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. O Grupo estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem ocorrência de perdas.
- (iii) Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, com vigência inicial até 31 de dezembro de 2012, prorrogada até 31 de dezembro de 2013, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior ("PBM"), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.

Na eventualidade de remanescerem créditos acumulados da atividade agrícola por meio dos estabelecimentos agrícolas filiais da AQ, esta poderá se valer do processo de crédito acumulado de acordo com a legislação do Estado de São Paulo para viabilizar sua completa monetização.

Em relação ao pis e cofins, os créditos vinculados nas receitas de exportação e nas receitas oriundas do açúcar comercializados no mercado interno, além da compensação em conta gráfica, podem ser compensados com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil e ou Pedido de Ressarcimento em moeda.

Tanto em relação aos créditos de ICMS, como aos créditos de PIS e COFINS, a diretoria do Grupo estima que os saldos existentes em 31 de março de 2023 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.



18. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	138.501	(59.675)	78.826
Base negativa da contribuição social	49.739	(22.976)	26.763
Provisões para contingência	91.635	38.122	129.757
Arrendamento mercantil	34.247	73.107	107.354
Provisão para perdas com créditos tributários	10.991	(8.174)	2.817
Auto de infração AI-1770	6.303	(6.303)	-
PMR / Provisão NF Serviços	10.067	(419)	9.648
Energia elétrica	2.308	1.697	4.005
Outros	13.726	1.642	15.368
	357.517	17.021	374.538
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(282.312)	15.431	(266.881)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(163.265)	6.851	(156.414)
Ajuste a valor presente	(16.098)	6.244	(9.854)
Ativo biológico	(26.914)	(56.393)	(83.307)
Resultado em operações de mercado futuro	(19.495)	15.469	(4.026)
Outros	(30.976)	(6.704)	(37.680)
	(539.060)	(19.102)	(558.162)
	(181.543)	(2.081)	(183.624)
Passivo não circulante	(181.543)		(183.624)
	(181.543)		(183.624)

O Grupo estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos períodos a serem encerrados em:

	31/03/2023	31/03/2022
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	23.092	67.928
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	351.446	289.589
	374.538	357.517



18. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

O Grupo prevê a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

	Saldos
Imposto de renda e contribuição social	
2023/2024	25.549
2024/2025	60.970
2025/2026	15.533
2026/2027	3.536
Total	105.588
Diferenças temporárias	
Contingências	129.757
Arrendamento mercantil CPC 06	107.354
Provisão PMR	9.648
Provisão estoques	2.727
Provisão para perdas esperadas	3.026
Outras	16.438
Total	268.950
Saldo total	374.538

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2023			31/03/2022		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	499.383	499.383	499.383	967.322	967.322	967.322
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(124.846)	(44.944)	(169.790)	(241.831)	(87.059)	(328.889)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucro disponibilizados no exterior	(8.910)	(3.208)	(12.118)	6.739	2.426	9.165
Resultado de equivalência patrimonial	19.478	7.012	26.490	23.250	8.370	31.620
PAT em dobro	3.164	1.139	4.303	4.528	1.630	6.158
Créditos de Descarbonização (CBIO)	4.113	4.618	8.731	9.672	3.482	13.154
Outras adições e exclusões permanentes	318	(6.495)	(6.177)	7.030	5.852	12.882
Tributos no resultado	(106.683)	(41.878)	(148.561)	(190.612)	(65.299)	(255.911)
Corrente	(104.669)	(37.733)	(142.402)	(134.723)	(49.695)	(184.418)
Diferido	(2.014)	(4.145)	(6.159)	(55.889)	(15.604)	(71.493)
Tributos no resultado	(106.683)	(41.878)	(148.561)	(190.612)	(65.299)	(255.911)
Alíquota efetiva	-21%	-8%	-30%	-20%	-7%	-26%



18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Ativo fiscal corrente

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (i)	21.235	21.545
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	3.734	5.993
	<u>24.969</u>	<u>27.538</u>

- (i) Saldo negativo de exercícios anteriores correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal. O Grupo estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas, seja pela compensação com tributos administrados pela receita federal, seja pela monetização através do pedido de ressarcimento em espécie.

19. Partes relacionadas

a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave do Grupo é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos a cada dois anos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave do Grupo durante o período de 12 meses findo em 31 de março de 2023 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 15.453 (R\$ 13.794 em março de 2022).

b) Saldos e operações

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Ativo não circulante		
Mútuo financeiro		
Diretores	1.302	-
Acionistas	-	9.892
Passivo circulante		
Dividendos a pagar	-	2.091
Passivo não circulante		
Dividendos a pagar	-	10.300



19. Partes relacionadas--Continuação

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos e a pagar

	Saldo em 31 de março de				Saldo em 31 de março de
	2022	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	2023
Assembleia Geral Extraordinária em 10 de dezembro de 2004					
Dividendos propostos (a)					
Companhia Agrícola Quatá	12.391	-	-	(12.391)	-
Dividendos da safra 20/21 (b)					
Açucareira Quatá S.A.	51.501	-	-	(45.638)	5.863
Dividendos da safra 21/22 (c)					
Açucareira Quatá S.A.	150.357	-	-	(56.383)	93.974
Juros sobre o capital próprio (d)					
Açucareira Quatá S.A.	-	78.000	(11.700)	-	66.300
	214.249	78.000	(11.700)	(114.412)	166.137
Total circulante	(41.201)				(114.192)
Total não circulante	173.048				51.945

- (a) Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2004 a CAQ procedeu a contabilização de dividendos a serem distribuídos no montante de R\$ 38.329 com a delegação de poderes à diretoria para estabelecer a forma e a época do pagamento, em uma ou mais parcelas, facultada a interrupção ou suspensão dos pagamentos a qualquer tempo, sempre que os interesses do Grupo venham a recomendar qualquer uma dessas medidas. Em 08 de dezembro de 2010 conforme Ata de Reunião da Diretoria constou deliberado o pagamento parcial no montante de R\$ 19.098 no decorrer do exercício de 2011, restando o valor de R\$ 12.391 que foi pago na safra 22/23.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 82.402 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2021, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 3.433. Durante a safra 21/22 foram pagos o valor de R\$ 30.901 e durante a safra 22/23 foram pagos R\$ 45.638.
- (c) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 150.357 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2022, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 6.265. Durante a safra 22/23 foram pagos o valor de R\$ 56.383.
- (d) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 78.000 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em dezembro de 2022. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 22/23 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio.



20. Investimentos

O Grupo registrou um resultado de R\$ 77.912 em 31 de março de 2023 (R\$ 92.998 em 31 de março de 2022) de equivalência patrimonial de suas coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto nas demonstrações financeiras combinadas.

Abaixo a abertura dos saldos de ativo e passivo referente a março de 2023:

	<u>31/03/2023</u>
	<u>Copersucar</u>
	<u>S.A.</u>
Em sociedades coligadas:	
Ações/quotas possuídas	234.686.831
Percentual de participação	12,31%
Capital social	1.525.154
Patrimônio líquido	2.059.402
Lucro líquido do exercício	579.539
Movimentação dos investimentos:	
Em 31 de março de 2022	217.323
Redução de capital em coligada	
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	5.745
Perda na participação de investida	(4.331)
Aumento de capital social	41.496
Dividendos propostos	(84.563)
Participação nos resultados de coligadas	77.912
Em 31 de março de 2023	253.582

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2023:

	<u>Copersucar</u>
	<u>S.A.</u>
Ativo	16.197.048
Passivo	(14.137.646)
Patrimônio líquido	2.059.402
Receita operacional líquida em março/23	66.349.016
Lucro líquido do exercício em março/23	579.539



20. Investimentos--Continuação

Abaixo a abertura dos saldos de ativo e passivo referente a março de 2022:

	<u>31/03/2022</u>
	Copersucar S.A.
Em sociedades coligadas:	
Ações/quotas possuídas	165.760.285
Percentual de participação	12,41%
Capital social	947.847
Patrimônio líquido	1.823.470
Lucro líquido do exercício	781.117
Movimentação dos investimentos:	
Em 31 de março de 2021	144.307
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	(19.556)
Aumento de capital social	30.965
Dividendos propostos	(31.391)
Participação nos resultados de coligadas	92.998
Em 31 de março de 2022	217.323

Abaixo a abertura dos saldos de resultado referente a março de 2022:

	Copersucar S.A.
Ativo	15.866.547
Passivo	(17.690.017)
Patrimônio líquido	1.823.470
Receita operacional líquida em março/22	74.883.461
Lucro líquido do exercício em março/22	781.117

Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui o Grupo, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da diretoria e do conselho de administração do Grupo, representam a AQ nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce influência significativa em sua administração.



21. Imobilizado

a) Movimentação do ativo imobilizado

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento (i)	Imobilizações - entressafra	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
Em 1º de abril de 2021	803.936	185.683	23.200	626.030	62.669	6.017	1.317	110.557	118.166	358.409	2.295.984
Aquisição	-	-	-	617	32	187	111	250.264	126.484	142.888	520.583
Alienação (residual)	-	-	-	(529)	(1.752)	(4)	-	93.404	-	-	91.119
Transferências	2.620	3.217	-	61.459	12.936	1.714	691	(82.637)	-	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	328	-	-	-	-	2.076	2.404
Demais baixas	-	-	-	-	(262)	-	-	(590)	(3.183)	-	(4.035)
Variação cambial	(462)	(958)	(281)	(4.985)	-	(153)	(7)	(1.405)	-	-	(8.251)
Depreciação	-	(5.984)	(1.683)	(68.342)	(9.662)	(2.425)	(255)	-	(117.471)	(124.671)	(330.493)
Em 31 de março de 2022	806.094	181.958	21.236	614.250	64.289	5.336	1.857	369.593	123.996	378.702	2.567.311
Custo total	806.094	284.332	49.477	1.655.145	135.037	32.574	5.618	369.593	123.996	844.528	4.306.394
Depreciação acumulada	-	(102.374)	(28.241)	(1.040.895)	(70.748)	(27.238)	(3.761)	-	-	(465.826)	(1.739.083)
Valor residual	806.094	181.958	21.236	614.250	64.289	5.336	1.857	369.593	123.996	378.702	2.567.311
Em 1º de abril de 2022	806.094	181.958	21.236	614.250	64.289	5.336	1.857	369.593	123.996	378.702	2.567.311
Aquisição	-	-	-	460	534	72	50	325.900	140.789	191.431	659.236
Alienação (residual)	-	-	-	(5.438)	(1.037)	-	-	-	-	-	(6.475)
Transferências	390	2.858	1.372	48.886	8.603	876	402	(63.387)	-	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	171	-	-	-	-	1.453	1.624
Baixa para despesa	-	-	-	-	-	-	-	(706)	-	-	(706)
Baixas de aquisição e despesas	-	-	-	(11)	-	-	-	-	-	-	(11)
Variação cambial	165	339	94	1.743	-	48	1	1.210	-	-	3.600
Depreciação	-	(6.040)	(1.637)	(70.789)	(9.006)	(2.292)	(327)	-	(124.084)	(124.260)	(338.435)
Em 31 de março de 2023	806.649	179.115	21.065	589.101	63.554	4.040	1.983	632.610	140.701	447.326	2.886.144
Custo total	806.649	287.741	50.618	1.693.935	143.745	33.770	6.076	632.610	140.701	815.575	4.611.420
Depreciação acumulada	-	(108.626)	(29.553)	(1.104.834)	(80.191)	(29.730)	(4.093)	-	-	(368.249)	(1.725.276)
Valor líquido	806.649	179.115	21.065	589.101	63.554	4.040	1.983	632.610	140.701	447.326	2.886.144
Valor Residual de:											
Custo histórico	37.697	137.093	21.065	573.609	62.918	4.040	1.983	632.610	140.701	447.326	2.059.042
Mais-valia	768.952	42.022	-	15.492	636	-	-	-	-	-	827.102
	806.649	179.115	21.065	589.101	63.554	4.040	1.983	632.610	140.701	447.326	2.886.144
Valores dos bens em garantias (b)	309.479	2.368	-	11.188	10.793	-	-	-	-	-	333.828
Vida útil		de 22 a 50 anos	de 13 a 50 anos	de 2 a 20 anos	de 2 a 25 anos	de 2 a 20 anos	de 3 a 33 anos			5 anos	



21. Imobilizado--Continuação

Em 31 de março de 2023, o montante de obras em andamento foi de R\$ 632.610. Desse montante, foram aplicados R\$ 298.036 em modernização do parque industrial para o aumento de eficiência, R\$ 332.371 referem-se a equipamentos para expansão da co-geração de energia nas Usinas São José e Barra Grande, e na Companhia Agrícola Quatá R\$ 2.203.

b) Garantia

Em 31 de março de 2023, bens com valor contábil de R\$ 333.828 (R\$ 372.041 em 31 de março de 2022), estavam sujeitos à fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

22. Direito de uso e passivo de arrendamento

Com a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o Grupo passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal fixa baseada no endividamento do Grupo, equivalente a aproximadamente 100% do CDI futuro para os arrendamentos reconhecidos. Durante o exercício em 31 de março de 2023, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram em média de 9%.

Vigência dos contratos	Taxa CDI Futuro
13 a 24 meses	7,74%
25 a 36 meses	8,04%
37 a 48 meses	8,36%
49 a 60 meses	8,75%
61 a 72 meses	9,00%
73 a 84 meses	9,21%
85 a 96 meses	9,37%
97 a 108 meses	9,51%
109 a 120 meses	9,60%
121 a 132 meses	9,66%
133 a 360 meses	9,72%
Média total	9,00%



22. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

A movimentação do direito de uso em 31 de março de 2023 e 2022 está demonstrada abaixo, respectivamente:

	31/03/2023		
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2022	1.495.928	20.523	1.516.451
Amortização	(282.323)	(21.013)	(303.336)
Novos contratos e renovações	250.189	7.438	257.627
Atualizações CONSECANA por remensuração	13.630	-	13.630
Saldo final	1.477.424	6.948	1.484.372
	31/03/2022		
	Terras	Demais Ativos	Total
Ativo			
Saldo inicial em 31/03/2021	1.051.345	29.130	1.080.475
Amortização	(345.815)	(16.249)	(362.064)
Novos contratos	180.606	7.642	188.248
Atualizações CONSECANA por remensuração	609.792	-	609.792
Saldo final	1.495.928	20.523	1.516.451

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de março de 2023 e 2022, foi a seguinte:

	31/03/2023		
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2022	1.493.450	24.311	1.517.761
Amortização	(295.121)	(25.078)	(320.199)
Juros provisionados	86.326	1.153	87.479
Novos contratos e renovações	241.544	7.438	248.982
Atualizações CONSECANA por remensuração	(39.101)	-	(39.101)
Saldo final	1.487.098	7.824	1.494.922
Passivo circulante	236.819	6.712	243.531
Passivo não circulante	1.250.279	1.112	1.251.391
	1.487.098	7.824	1.494.922
	31/03/2022		
	Terras	Demais Ativos	Total
Passivo			
Saldo inicial em 31/03/2021	994.240	33.223	1.027.463
Amortização	(331.404)	(18.871)	(350.275)
Juros provisionados	122.774	2.317	125.091
Novos contratos	180.606	7.642	188.248
Atualizações CONSECANA por remensuração	527.234	-	527.234
Saldo final	1.493.450	24.311	1.517.761
Passivo circulante	232.947	11.159	244.106
Passivo não circulante	1.260.503	13.152	1.273.655
	1.493.450	24.311	1.517.761



22. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
De 01/04/2023 a 31/03/2024	243.456	228.408
De 01/04/2024 a 31/03/2025	231.577	217.751
De 01/04/2025 a 31/03/2026	217.669	197.869
De 01/04/2026 a 31/03/2027	189.211	164.647
De 01/04/2027 a 31/03/2028	153.912	125.813
A partir de 01/04/2028	459.097	583.273
	<u>1.494.922</u>	<u>1.517.761</u>

23. Intangível

	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Desenvolvimento</u>	<u>Licenças de software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 1º de abril de 2021	9.918	216	2.091	1.795	14.020
Adições	63	-	5.638	-	5.701
Variação cambial	-	(30)	(28)	(208)	(266)
Amortização	-	(59)	(1.173)	(840)	(2.072)
Em 31 de março de 2022	<u>9.981</u>	<u>127</u>	<u>6.528</u>	<u>747</u>	<u>17.383</u>
Custo	9.981	43.725	36.420	7.464	97.590
Amortização acumulada	-	(43.598)	(29.892)	(6.717)	(80.207)
Saldo contábil líquido	<u>9.981</u>	<u>127</u>	<u>6.528</u>	<u>747</u>	<u>17.383</u>
Em 31 de março de 2022	9.981	127	6.528	747	17.383
Adições	12	-	8.707	-	8.719
Variação cambial	-	10	9	66	85
Amortização	-	(57)	(834)	(813)	(1.704)
Em 31 de março de 2023	<u>9.993</u>	<u>80</u>	<u>14.410</u>	<u>747</u>	<u>24.483</u>
Custo	9.993	46.887	45.172	8.004	110.056
Amortização acumulada	-	(46.807)	(30.762)	(8.004)	(85.573)
Saldo contábil líquido	<u>9.993</u>	<u>80</u>	<u>14.410</u>	<u>747</u>	<u>24.483</u>
Vida útil	Indefinida	5 anos	5 anos		

24. Fornecedores

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	89.454	142.407
Fornecedores de bens e serviços	254.040	276.651
	<u>343.494</u>	<u>419.058</u>



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	31/03/2023	31/03/2022
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Linha do BNDES	8,87	PRÉ	11.223	16.761
Linha do BNDES	8,50	TJLP	37.178	7.932
Linha do BNDES	16,16	SELIC+	-	3.053
Linha do BNDES (iv)	15,80	IPCA+ (TLP)	105.718	105.611
FINEP	3,52	PRÉ	25.393	78.877
Crédito rural	6,45	PRÉ	1.030	1.859
Capital de giro (i)	16,87	CDI+	1.394.645	1.271.815
CRA (ii)	16,63	CDI+	364.876	533.601
CRA (ii)	19,33	IPCA+	511.863	473.692
Debêntures (iii)	19,82	IPCA+	686.663	226.451
Aquisição de cota "FIDC" (vi)	15,32	CDI+	85.672	86.166
			3.224.261	2.805.818
Moeda estrangeira - USD/EURO:				
Capital de giro (v)	6,53	Var. cambial + LIBOR	7.620	21.313
Capital de giro (v)	2,70	Var. cambial	-	23.799
Pré-pagamento de exportação (USD)	3,25	Var. cambial + LIBOR	50.564	80.217
Pré-pagamento de exportação (EUR)	2,97	Var. cambial + EURIBOR	144.668	137.521
Empréstimo externo (EUR)	3,99	Var. cambial + EURIBOR	25.303	23.664
Empréstimo externo (USD)	3,99	Var. cambial	11.053	13.238
			239.208	299.752
Financiamentos - Cooperativa				
Moeda nacional:				
Letra de câmbio	6,25	PRÉ	49.570	48.841
			49.570	48.841
			3.513.039	3.154.411
Circulante			(856.489)	(688.131)
Não circulante			2.656.550	2.466.280

(i) Em continuidade ao processo de alongamento da dívida, a Açucareira Quatá S.A. assinou em 25 de fevereiro de 2019 a proposta para estruturação de financiamento sindicalizado junto ao Banco Itaú BBA S.A. e ao Banco Rabobank *International* Brasil S.A. coordenadores e estruturadores da operação sindicalizada das seguintes instituições: i) Banco Itaú BBA S.A.; ii) Banco Rabobank *International* Brasil S.A.; iii) Banco BTG Pactual S.A. e iv) Banco do Brasil S.A., através da celebração de contrato de abertura de crédito e outras avenças em 13 de junho de 2019, prevendo a participação no montante de R\$ 140.000 por participante, totalizando R\$ 560.000, por meio de emissão de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), com vencimentos semestrais, sendo o primeiro vencimento de principal para o dia 20 de abril de 2021 e o último 20 de abril de 2025.

(ii) A Açucareira Quatá S.A. captou de recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira pela Açucareira Quatá S.A., no montante total de R\$ 600.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 600.000, pela Securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Banco Rabobank *International* Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 09 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 13 de outubro de 2021.

Buscando o alongamento das linhas de crédito durante a Safra 21/22 a Açucareira Quatá S.A. captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. na qualidade de coordenador líder, Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja a liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 6,9849% a.a., acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

- (iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2020, foi aprovada a emissão da 2ª debênture simples da Açucareira Quatá S.A. para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 2019/2020 2020/2021 e 2021/2022. Em janeiro de 2021 a Açucareira Quatá S.A. encerrou a emissão da 2ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, realizada em consonância com a Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente). As Debêntures são incentivadas e contarão com o benefício tributário nos termos do artigo 2º da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431/11") e, consequentemente, também gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida lei. O montante bruto da emissão é de R\$ 201.830., remunerada com taxa contratual de 7,2094% a.a. com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2025. Os recursos serão direcionados para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 19/20 20/21 e 21/22 destinada a produção de Etanol nas Unidades Barra Grande, São Jose e Quatá todas no estado de São Paulo. A diretoria da Companhia aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, da Companhia, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 10 de agosto de 2022. As Debêntures terão prazo de vigência de doze anos contados da Data de Emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,8722% a.a.
- (iv) A Açucareira Quatá S.A. formalizou contrato em 06 de janeiro de 2022 no montante de R\$ 100.000, junto ao BNDES no âmbito do programa Renovabio. A remuneração junto ao BNDES é IPCA acrescido de sobretaxa de 6,33% ao ano, com amortização do principal iniciando-se em 15 de fevereiro de 2024 e encerrando em 15 de janeiro de 2030. O programa Renovabio é voltado para estimular boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), tendo o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor de biocombustíveis, e conta com incentivo para o aumento de eficiência produtiva e ambiental.
- (v) O montante de capital de giro em moeda estrangeira possui operação de swap de dólar para reais, mitigando o risco de variação cambial na operação, cujo custo após o swap é de CDI + 2,50% ao ano.
- (vi) A Açucareira Quatá S.A. lançou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito para financiamento das atividades dos Parceiros Agrícolas, por meio de estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.000 milhões. Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas *Receivables*, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 com o apoio do BTG Pactual Asset (gestor, administrador e custodiante). O Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Açucareira Quatá S.A. que participa com cota subordinada, correspondendo a 35% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A, que participam com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 85.672 em 31 de março de 2023, conforme patrimônio líquido do fundo.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2023	31/03/2022
De 13 a 24 meses	809.307	728.359
De 25 a 36 meses	549.779	731.080
De 37 a 48 meses	718.277	425.727
De 49 a 60 meses	188.799	527.975
De 61 a 72 meses	71.031	17.451
De 73 a 84 meses	66.855	18.854
De 85 a 96 meses	49.781	16.834
A partir de 97 meses	202.721	-
	2.656.550	2.466.280

As linhas de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem, ainda, avais de companhias ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2023 e 2022:

	Saldo inicial em 1º de abril de 2022	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.019.404	796.593	(547.311)	(305.030)	414.141	3.377.797
Financiamentos - Cooperativa	48.841	603.175	(602.446)	(2.646)	2.646	49.570
FIDC	86.166	-	-	-	(494)	85.672
Total	3.154.411	1.399.768	(1.149.757)	(307.676)	416.293	3.513.039



25. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

a) Obrigações contratuais

O Grupo possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira (i), apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão das companhias combinadas e manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira i) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado combinado Zilor; ii) Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo circulante sem considerar o Ativo Biológico); iii) razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido. Todas essas obrigações decorrentes as cláusulas dos *covenants* referentes à emissão dos CRA e Debêntures Incentivadas com colocação restrita que possuem exigências financeiras que estão sendo cumpridas.

b) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2023 foi de 16,8% a.a. equivalente à CDI +2,7% (14,6% a.a. equivalente à CDI +2,6% em março de 2022). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 416.293 (R\$ 248.200 em março de 2022) (nota explicativa 35).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R\$ 307.676 (R\$ 159.511 em março de 2022), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 172.740 (R\$ 77.276 em março de 2022) (nota explicativa 36). Considerando uma base de caixa líquida, o custo financeiro sobre os empréstimos e financiamentos foi de R\$ 134.936 (R\$ 82.235 em março de 2022).

c) Variação cambial

Em que pese o Grupo não ter optado pela política de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a gestão financeira da diretoria, para eliminar riscos de exposição cambial, fruto do fluxo de caixa advindo dos efetivos recebíveis e das estimativas de exportação da unidade de negócio Biorigin, privilegia financiamentos mantidos em moeda estrangeira cuja gestão diária proporciona uma espécie de *hedge* natural. Considerando que esses financiamentos possuem natureza de longo prazo, extrapolando o fluxo de recebíveis em moeda estrangeira e a previsão de exportação, a variação cambial passiva contabilizada contra o resultado, neste exercício, no valor de (R\$ 15.804) resultou em uma redução em 31 de março de 2023 do endividamento neste mesmo montante, sendo uma despesa que não gera efeito caixa.



26. Tributos parcelados

	31/03/2023	31/03/2022
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido (i)	28.341	42.357
Taxa do IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool	735	1.131
PIS sobre faturamento - tese Lei 10.637/2002	180	468
INSS – Salário educação	444	878
Débito previdenciário	520	2.467
SAT - Seguro Acidente de Trabalho	1.991	-
Multa de Ofício	-	905
Cessão de Mão de Obra Contribuição de Terceiros	-	111
	32.211	48.317
Circulante	(18.092)	(17.393)
Não circulante	14.119	30.924

- (i) O parcelamento de IRPJ e CSLL refere-se a glosa fiscal de despesas com debêntures contabilizadas a título de provisão relativas ao período de 1997 à 2002, parcelado no âmbito da Lei 11.941/09, consolidada em junho de 2011 com previsão de encerramento em outubro de 2024.

27. Obrigações com a Cooperativa

	31/03/2023	31/03/2022
Letra de câmbio (iii)	127.149	128.877
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar (ii)	12.045	18.538
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa (i)	15.146	7.069
Obrigações com a Cooperativa	154.340	154.484
Circulante	(21.135)	(10.305)
Não circulante	133.205	144.178

- (i) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa

A Açucareira Quatá S.A. reconheceu em seu passivo a obrigação fiscal assumida através da Cooperativa, pela consolidação da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em junho de 2011.

- (ii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar

Refere-se ao parcelamento do auto de infração lavrado pela RFB relativo à cobrança de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, por suposto ganho de capital contra a Açucareira Quatá S.A. denominada 1770 Participações S.A. que foi incorporada pela empresa Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, na qualidade de controladora da Arrepar Participações S.A., devendo prover os recursos necessários para que esta pudesse fazer face ao débito, emitiu um Termo de Ratificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa.

- (iii) Letra de câmbio

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtido através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.



27. Obrigações com a Cooperativa--Continuação

A natureza dos débitos dá-se da seguinte forma:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	4.125	6.350
PIS - Programa de Integração Social	268	412
Processo Cível	10.753	307
	<u>15.146</u>	<u>7.069</u>

28. Salários e contribuições sociais

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Remuneração variável – Plano de participação nos resultados	31.416	31.048
Provisão de férias e encargos	26.607	20.632
Contribuição social com empregados	10.780	9.166
Salários e ordenados	12.970	9.155
Outras contribuições	1.093	1.067
	<u>82.866</u>	<u>71.068</u>

29. Provisões

	<u>1º de abril de 2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31 de março de 2023</u>
Tributárias	268.951	201.626	(6.956)	717	464.338
Cíveis e ambientais	3.255	1.776	(376)	309	4.964
Trabalhistas	20.310	28.560	(21.378)	1.051	28.543
Total de passivos contingentes	<u>292.516</u>	<u>231.962</u>	<u>(28.710)</u>	<u>2.077</u>	<u>497.845</u>

O Grupo possui também outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 780.851 em março de 2023 (R\$ 860.774 em março de 2022). Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras combinadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.



29. Provisões--Continuação

Do montante apresentado de contingências passivas, com risco possível de perda, destaca-se o processo de debêntures que resultou em dois autos de infração, em resumo, a Açucareira Quatá S.A. obteve insumos (cana-de-açúcar) da Companhia Agrícola Quatá e registrou os valores a pagar, fato que acarretou no acúmulo de dívidas. Em dezembro de 2002, os créditos associados a tais dívidas foram utilizados para a subscrição de debêntures, a fim de conferir maior liquidez para o credor, bem como remuneração considerada mais adequada. No ano de 2012, teve início uma fiscalização, a qual resultou em autuações sobre os anos de 2009 a 2012, tendo em vista a glosa das despesas com a emissão de debêntures. São dois autos de infração que atualizados somam R\$ 204.551, sendo os principais processos divulgados.

O Grupo possui também contingências ativas dentre elas se destaca o processo discutido pela Cooperativa junto à União conforme nota explicativa 13 (a).

30. Patrimônio líquido

a) Capital social

Açucareira Quatá S.A.

O capital social está representado por 338.720.926.114 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Companhia Agrícola Quatá

O capital social está representado por 125.071.236.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de investimento

Para atender a projetos de investimento e expansão, o Grupo poderá reter parte dos lucros do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Reserva de integralidade do patrimônio líquido

É constituída nos termos do artigo 24 do Estatuto Social das companhias do Grupo, que tem por finalidade propiciar recursos para atender às necessidades de capital de giro e não poderá exceder a 80% do capital social.



30. Patrimônio líquido

a) Capital social

Açucareira Quatá S.A.

O capital social está representado por 338.720.926.114 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Companhia Agrícola Quatá

O capital social está representado por 125.071.236.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de investimento

Para atender a projetos de investimento e expansão, o Grupo poderá reter parte dos lucros do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Reserva de integralidade do patrimônio líquido

É constituída nos termos do artigo 24 do Estatuto Social das companhias do Grupo, que tem por finalidade propiciar recursos para atender às necessidades de capital de giro e não poderá exceder a 80% do capital social.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

i) *Custo atribuído*

É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1º de janeiro de 2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.



30. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ajuste de avaliação patrimonial--Continuação

ii) *Ajuste de avaliação patrimonial reflexa*

Constituído em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado da coligada Copersucar S.A..

iii) *Ajuste acumulado de conversão*

Registra as variações cambiais dos investimentos em controladas, sendo a conversão para Real das demonstrações contábeis de investidas com moeda funcional diferente da controladora.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

i) *Dividendos propostos*

Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social das companhias do Grupo que estabelecem uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, cuja liberação varia de acordo com o indicador de dívida líquida Ebitda.

Conforme disposto no art. 33 do Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, ajustados na forma dos incisos I a III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações e para este resultado, apurado na forma do art. 191 da Lei 6.404/76.

ii) *Juros sobre o capital próprio propostos*

O Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre o capital próprio em dezembro de 2022, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo obrigatório de acordo com o artigo 34 do Estatuto Social das companhias do Grupo. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do crédito ao beneficiário conforme mencionado na nota explicativa 19.



31. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/03/2023			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil		Total	
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	1.514.086	-	1.514.086	1.514.086
Instrumentos financeiros derivativos	16.920	-	16.920	16.920
Total	1.531.006	-	1.531.006	1.531.006
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	137.386	137.386	137.386
Contas a receber de clientes	-	129.916	129.916	129.916
Contas correntes - Cooperativa	-	268.626	268.626	268.626
Mútuo financeiro	-	1.302	1.302	1.302
Total	-	537.230	537.230	537.230
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	343.494	343.494	343.494
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.078	5.078	5.078
Empréstimos e financiamentos	-	3.513.039	3.513.039	3.513.039
Obrigações com a Cooperativa	-	154.340	154.340	154.340
Outras contas a pagar	-	44.313	44.313	44.313
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	166.137	166.137	166.137
Total	-	4.226.401	4.226.401	4.226.401



31. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

	31/03/2022			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	1.663.797	-	1.663.797	1.663.797
Instrumentos financeiros derivativos	57.337	-	57.337	57.337
Total	1.721.134	-	1.721.134	1.721.134
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	119.708	119.708	119.708
Contas a receber de clientes	-	129.248	129.248	129.248
Contas correntes - Cooperativa	-	183.408	183.408	183.408
Mútuo financeiro	-	9.892	9.892	9.892
Total	-	442.256	442.256	442.256
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	419.058	419.058	419.058
Empréstimos e financiamentos	-	3.154.411	3.154.411	3.154.411
Obrigações com a Cooperativa	-	154.483	154.483	154.483
Outras contas a pagar	-	28.944	28.944	28.944
Dividendos a pagar	-	214.249	214.249	214.249
Total	-	3.971.145	3.971.145	3.971.145

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, que é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades, bem como fazendo recomendações. A diretoria do Grupo é responsável pela gestão do sistema de riscos elaborando, acompanhando e controlando planos de ação que visam a eliminação, mitigação e monitoramento dos riscos do Grupo.



31. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

i) *Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Em outubro de 2021 o Grupo criou uma área especializada em controles internos com o objetivo de salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela diretoria do Grupo. Além da área de controles internos, o Grupo contratou uma auditoria de renome para assessorar o conselho com uma auditoria interna. Por fim, foi criada uma área de gestão de riscos para poder mapear e organizar planos de ação para mitigar os mesmos.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes relacionadas ao negócio Biorigin e de instrumentos financeiros do Grupo. A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Cooperativa sem indícios para risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A diretoria do Grupo adota uma política de crédito, na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira. O Grupo apresenta uma proposta de limite de crédito após análise. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente.



31. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de crédito--Continuação*

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 12 meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o exercício em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa provenientes do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.



31. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iii) *Risco de liquidez--Continuação*

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31/03/2023						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	343.494	343.494	171.747	171.747	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.513.039	3.513.039	822.499	271.723	858.898	1.476.966	82.953
Instrumentos financeiros derivativos	5.078	5.078	2.539	2.539	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	154.340	154.340	10.568	10.567	21.135	42.270	69.800
Outras contas a pagar	44.313	44.313	22.156	22.157	-	-	-
	4.060.264	4.060.264	1.029.509	478.733	880.033	1.519.236	152.753

	31/03/2022						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	274.332	279.412	139.706	139.706	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.781.720	3.163.002	360.404	290.857	993.939	1.512.842	4.960
Instrumentos financeiros derivativos	87	87	44	44	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	158.281	158.281	4.384	4.383	8.767	17.534	123.213
Outras contas a pagar	53.634	53.634	26.817	26.817	-	-	-
	3.268.054	3.654.416	531.355	461.807	1.002.706	1.530.376	128.173

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração do Grupo e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.



31. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

v) *Risco cambial*

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€).

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado está apresentado abaixo:

Nota	31/03/2023		31/03/2022	
	Atrelado ao USD	Atrelado ao Euro	Atrelado ao USD	Atrelado ao Euro
Caixa e equivalentes de caixa	5.474	2.893	1.775	2.532
Clientes a receber	9.683	7.333	3.284	1.298
Fornecedores	(1.146)	(146)	(1.229)	(172)
Empréstimos e financiamentos	(13.628)	(30.767)	(14.516)	(41.426)
Swap de moeda e taxa de juros	1.497	-	9.490	-
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	23.700	32.550	(24.150)	(25.800)
Exposição líquida	25.580	11.863	(25.346)	(63.568)

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional do Grupo, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações por meio da unidade de negócios Biorigin (nota 25 (c)). Para tanto, a gestão financeira do Grupo implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos vis a vis às exposições cambiais, objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do hedge, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD e € contra todas as outras moedas em 31 de março de 2023, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.



31. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

v) Risco cambial--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

		25%	50%	-25%	-50%
	31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8.367	2.092	4.184	(2.092)	(4.184)
Clientes a receber	17.016	4.254	8.508	(4.254)	(8.508)
Fornecedores	(1.292)	(323)	(646)	323	646
Empréstimos e financiamentos	(44.395)	(11.099)	(22.198)	11.099	22.198
Swap de moeda e taxa de juros	1.497	374	749	(374)	(749)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(56.250)	(14.063)	(28.125)	14.063	28.125
Exposição líquida	(75.057)	(18.765)	(37.528)	18.765	37.528

		25%	50%	-25%	-50%
	31/03/2022	31/03/2022	31/03/2022	31/03/2022	31/03/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4.307	1.077	2.154	(1.077)	(2.154)
Clientes a receber	4.582	1.146	2.291	(1.146)	(2.291)
Fornecedores	(1.401)	(350)	(701)	350	701
Empréstimos e financiamentos	(55.942)	(13.986)	(27.971)	13.986	27.971
Swap de moeda e taxa de juros	9.490	2.373	4.745	(2.373)	(4.745)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(49.950)	(12.488)	(24.975)	12.488	24.975
Exposição líquida	(88.914)	(22.228)	(44.457)	22.228	44.457

O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais.

O Grupo diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A diretoria do Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente.

Ainda em relação aos aspectos ambientais é importante mencionar a relevância do RenovaBio ao país e ao setor sucroenergético. A Companhia e suas controladas foram certificadas através de suas unidades produtivas a participar no programa que fomenta a importância do etanol de cana-de-açúcar na matriz energética do país, contribuindo para que o Brasil atenda ao acordo de Paris com a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor de transportes.



32. Receita operacional líquida

a) Fluxos da receita

O Grupo gera receita principalmente pela venda de açúcar e etanol, derivados de levedura e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita bruta de produtos e serviços	3.639.175	3.490.094
Impostos sobre vendas	(223.118)	(253.939)
Devoluções e abatimentos	(5.751)	(12.097)
	<u>3.410.306</u>	<u>3.224.058</u>

b) Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Mercado interno:		
Etanol	1.316.534	1.468.564
Açúcar	878.537	503.026
Energia elétrica	134.193	127.743
Derivados de levedura	49.205	68.528
Outras receitas - CBIOS	51.309	19.786
Outras vendas	31.571	859
	<u>2.461.349</u>	<u>2.188.506</u>
Mercado externo:		
Derivados de levedura	654.508	694.627
Açúcar	394.789	523.524
Etanol	128.529	83.437
	<u>1.177.826</u>	<u>1.301.588</u>
Receita bruta de produtos e serviços	<u>3.639.175</u>	<u>3.490.094</u>
Impostos sobre vendas	(223.118)	(253.939)
Devoluções e abatimentos	(5.751)	(12.097)
	<u>3.410.306</u>	<u>3.224.058</u>



32. Receita operacional líquida--Continuação

b) Desagregação da receita de contratos com clientes--Continuação

i) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da AQ em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente: de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Substancialmente a receita de levedura ocorre para clientes estabelecidos na Europa e Estados Unidos.



33. Despesas operacionais por natureza

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Custo		
Matéria prima e materiais de uso e consumo	1.769.648	1.541.192
Depreciação e amortização	506.077	562.286
Despesas com pessoal	250.310	211.638
Baixa de insumos	27.992	5.319
Outros gastos	12.075	8.139
Variação no valor justo do ativo biológico	65.779	(79.159)
	<u>2.631.881</u>	<u>2.249.415</u>
Despesas com vendas		
Rateio despesas - Copersucar	9.493	35.649
Gastos com armazenagens	7.581	15.010
Despesas com pessoal	23.571	10.320
Frete	8.055	15.010
Serviços prestados por terceiros	35.885	4.691
Comissão	3.207	7.505
Depreciação e amortização	8.041	2.814
Outros	(4.564)	2.815
	<u>91.269</u>	<u>93.814</u>
Despesas administrativas de gerais		
Despesas com pessoal	85.133	93.212
Serviços prestados por terceiros	56.361	37.918
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	12.649	11.777
Depreciação e amortização	5.097	4.858
Aluguéis	3.241	2.315
Outros	48.554	19.531
	<u>211.035</u>	<u>169.611</u>
Total despesas e custo	<u>2.934.185</u>	<u>2.512.840</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	2.566.102	2.328.574
Variação no valor justo do ativo biológico	65.779	(79.159)
Despesas de vendas	91.269	93.814
Despesas administrativas e gerais	211.035	169.611
	<u>2.934.185</u>	<u>2.512.840</u>



34. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita da Cooperativa com Indenizatória (IAA) (i)	350.396	305.616
Indenizações	2.572	(36.730)
Lavoura parceiros	1.217	4.726
Resultado com vendas de imobilizado	1.526	2.509
Receita da Cooperativa com CBIOS	-	17.670
Receita com operação CCEE	(632)	(595)
Resultado líquido com outras vendas	2.642	(3.507)
Custo com venda de imobilizado	(7.444)	(74)
Resultado líquido com outras operações com a Cooperativa	(19.147)	(7.681)
Provisão para contingências	(17.792)	30.263
Outras	3.804	1.916
	<u>317.142</u>	<u>314.113</u>

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 13, durante a safra 22/23 a Zilor recebeu o repasse do montante de R\$ 395.938 referente a 5ª parcela do 1º precatório e a 4ª parcela do 2º precatório (R\$ 345.498 referente a 4ª parcela do 1º precatório e a 3ª parcela do 2º precatório em 31 de março de 2022), a empresa está discutindo judicialmente a cobrança de PIS/COFINS. Nesta nota explicativa estamos deduzindo as despesas e honorários de 10% no montante de R\$ 45.542 (R\$ 39.882 em 31 de março de 2022).

35. Receitas financeiras

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	37.912	146.214
Juros sobre aplicações financeiras	172.740	77.276
Juros sobre atualização de créditos tributários	2.590	1.722
Juros sobre operações com a Cooperativa	6.832	550
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	7.100	10.525
	<u>227.174</u>	<u>236.287</u>

36. Despesas financeiras

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(416.293)	(248.200)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(18.641)	(72.514)
Despesa financeiras com arrendamentos (CPC 06 (R2))	(87.479)	(49.141)
Juros sobre demais operações	(28.606)	(9.080)
Despesas bancárias	(8.901)	(15.002)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(20.093)	(14.204)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(8.399)	(8.375)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(5.179)	(1.539)
	<u>(593.591)</u>	<u>(418.055)</u>



37. Variações cambiais líquidas

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Varição cambial ativa		
Empréstimos e financiamentos	27.240	131.708
Demais operações	22.476	54.360
	<u>49.716</u>	<u>186.068</u>
Varição cambial passiva		
Empréstimos e financiamentos	(43.044)	(48.852)
Demais operações	(12.047)	(106.455)
	<u>(55.091)</u>	<u>(155.307)</u>
Varições cambiais líquidas	<u>(5.375)</u>	<u>30.761</u>

38. Compromissos

a) Compra de cana-de-açúcar

O Grupo possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção com contratos até 2032 com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela AQ será determinado ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP.

Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras

O Grupo possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, nota explicativa 18, que geralmente terminam em até 20 anos. Os pagamentos relacionados a essas obrigações são calculadas basicamente pelo preço acumulado do ATR divulgado pelo CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definido contratualmente.

Além dos compromissos de compra, a AQ na qualidade de cooperada da Cooperativa, possui toda sua produção de açúcar e etanol compromissada com a Cooperativa pelos próximos 3 anos.



39. Avais, fianças e garantias

O Grupo é avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Empresa Avalista</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Parceiros agrícolas	Açucareira Quatá S.A	35.138	66.130
	Companhia Agrícola Quatá	651	1.302
		<u>35.789</u>	<u>67.432</u>

A Companhia Agrícola Quatá é avalista no montante líquido de R\$ 35.789 na safra 22/23 registrado Açucareira Quatá S.A. a provisão contábil. Os montantes a serem liquidados são: de R\$ 19.426 na safra 23/24, R\$ 4.823 na safra 24/25 e R\$ 11.540 na safra 25/26.



40. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2023, o Grupo possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Mantante máximo da cobertura
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Usina e Biorigin	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	350.000.000
	Lucros Cessantes	136.070.719
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Escritórios e Armazem Paulínia	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	60.000.000
	Casco	100% Tabela Fipe
Veículos	Acidente Pessoal por passageiros	50.000
	Danos Materiais	150.000
	Danos Corporais	200.000
	Danos Morais	200.000
Equipamentos Agrícolas - Benfeitoria	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	6.327.290
	Danos Elétricos	30% do valor do equipamento sinistrado
Responsabilidade Civil Geral	Danos causados a terceiros em virtude da operação da empresa	USD 20.000.000
	Danos aos empregados	USD 20.000.000
D&O (Responsabilidade Civil Diretores e Administradores)	Ações contra diretores e Administradores	100.000.000
Transporte Nacional	Danos causados a mercadorias e/ou maquinários durante transporte	2.000.000
Transporte Importação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de importação	USD 2.500.000
Transporte Exportação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de exportação	USD 1.700.000

O escopo de nossos auditores independentes não incluiu a análise das suficiências de seguros.

Diretoria Executiva

Diretores

Fabiano José Zillo

Marcos Ponce de Leon Arruda

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior
CRC: SP-253903/O-2

